

O Modelo Oligopolista

No segundo semestre de 1963, o Governo Goulart esboçou uma saída para a crise. No fundamental, as chamadas "reformas de base" visavam ampliar o mercado interno, pela manutenção do salário real e por uma reforma agrária a longo prazo, e alargar o mercado externo pela abertura de novas áreas aos produtos brasileiros. A crise se aprofundara demasiado, entretanto, para que restasse prazo suficiente ao alinhamento e funcionamento dos resultados. Sem base política em condições de enfrentar a pressão conjugada e simultânea do latifúndio e dos interesses externos, o Governo entraria em derrocada, sem resistência, no início do segundo trimestre de 1964. A ausência de resistência importava em denúncia eloqüente de debilidades muito graves, disfarçadas pelo esquerdismo que animava as forças democráticas. Ainda após a queda do Governo, e quando o novo regime mal definira os seus propósitos iniciais, pairou a ilusão de que se tratava de mais um entre os já inumeráveis golpes peculiares à vida política dos países dependentes. Dentro em breve, impopularizados pela própria natureza da orientação a que a reação obedecia, os novos detentores do poder seriam obrigados a ceder lugar, novamente, às forças democráticas. E tudo voltaria à situação anterior.

Na verdade, as forças que se uniram para empreender, em 1964, a destruição do regime vigente, eram heterogêneas. No andamento do processo, porém, preponderaram aquelas que acabariam por definir o regime novo, depois de algumas etapas difíceis: o latifúndio, de um lado, os interesses externos, de outro, com alguns reforços na burguesia associada aos capitais estrangeiros e na pequena burguesia dopada pelo anticomunismo. A base política do novo regime, que não ficou definido de início, sofreu estreitamento progressivo, sob o primeiro gover-